

A Transitividade na Escrita do Surdo Bilíngue segundo a Abordagem Funcionalista

Silvania Dueles da Cruz
Universidade Federal do Espírito Santo
Colatina ES 29704390 Brasil
sanahduelles@hotmail.com

RESUMO

A proposta bilíngüe para aprendizagem de pessoas surdas tem como premissa a possibilidade de propiciar a esse grupo minoritário a aquisição e uso da LIBRAS como primeira língua (L1) e a modalidade escrita da Língua portuguesa como segunda língua (L2). Este trabalho submete uma produção escrita a uma análise de cunho funcionalista, objetivando verificar o grau de transitividade segundo a proposta Hopper e Thompson (1980) que estabelecem, para o estudo da transitividade, um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção diferente da oração.

Palavras-chave: funcionalismo; transitividade; LIBRAS; bilingüismo.

INTRODUÇÃO

A comunidade surda no Brasil, após um longo período de equívocos relacionados às suas necessidades comunicativas, imposição da fala através de exercícios orais cansativos em detrimento da comunicação gestual, teve seu legítimo canal de interação social, a língua de sinais, finalmente reconhecido como meio legal de comunicação e expressão. O direito de comunicar-se em sua modalidade específica de linguagem foi reconhecido oficialmente com a publicação da **LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002** que além de reconhecer a Libras garante o apoio ao seu uso e difusão bem como prevê seu ensino em concomitância com o da modalidade escrita da Língua Portuguesa não devendo esta ser substituída pela língua de sinais:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

(...)

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A proposta bilíngüe, em sua essencialidade, objetiva proporcionar ao surdo o uso das diferentes modalidades de língua em contextos distintos nos quais delas ele necessite.

Inseridos nessa proposta, os surdos oferecem aos estudos lingüísticos um material de conteúdo singular a ser investigado que se realiza no contexto do uso destas distintas modalidades: a visuo-espacial - Libras e a modalidade escrita da língua portuguesa que independente do nível em que se apresente na produção escrita dos surdos deve ser considerada para fins de investigação pela diversidade de fenômenos lingüísticos que nela pode ser encontrada.

Os surdos bilíngües, no uso da modalidade escrita da Língua Portuguesa, oferecem aos estudos lingüísticos um objeto de análise que viabiliza muitas possibilidades de investigações, porém ainda pouco explorado. A proposta deste trabalho é submeter cláusulas de um texto escrito a uma análise de cunho funcionalista que objetiva verificar o grau de transitividade segundo a proposta Hopper e Thompson (1980). Ao tratar da transitividade, os estudos funcionalistas buscam identificar as diversas possibilidades de sua manifestação em contextos variados de uso da língua, verificando as motivações funcionais subjacentes a cada situação. Como corpus será utilizada uma redação de um aluno surdo da rede estadual de ensino de nível médio, coletada em aula de produção de texto. A partir de um tratamento qualitativo, serão atribuídos às cláusulas graus de transitividade através dos dez parâmetros estabelecidos por Hopper e Thompson.

O BILINGÜISMO NO CONTEXTO SURDO

No contexto bilingüe, as pessoas usam diferentes línguas em situações diferenciadas. A educação de surdos no Brasil aponta para uma proposta bilíngüe em que duas línguas se tornam acessíveis à pessoa surda: a visual espacial e a oral na modalidade escrita, cujo desenvolvimento é concebido baseado em técnicas de ensino de segundas línguas. Essa proposta de aprendizagem para pessoas surdas tem como premissa a possibilidade de propiciar a esse grupo minoritário a aquisição e uso da LIBRAS como primeira língua (L1) e a modalidade escrita da Língua portuguesa

como segunda língua (L2) . Como mencionado, essa proposta se manifesta claramente na Lei 10.436/2002.

Quadros, citando Felipe (1989) menciona as diferenciações dos tipos de bilingüismo em que a autora salienta a diferença entre bilingüismo, que envolve a competência e o desempenho de duas línguas podendo ser individual ou grupal e diglossia, cuja situação lingüística aponta duas línguas em relação de complementaridade, ou seja, uma língua é usada em determinadas ocasiões em que a outra não é usada. No caso de pessoas surdas, a autora ainda apresenta a possibilidade de o bilingüismo e a diglossia ocorrerem simultaneamente: a língua portuguesa é usada pelo surdo somente em situações que exigem o contato com ouvintes e para a leitura e escrita e a língua de sinais é usada entre surdos em situações informais.(QUADROS, 1997) [1].

O bilingüismo é apresentado por Ferreira Brito (1993) [2] como uma abordagem educacional para a integração social. Em sua proposta, a autora defende um bilingüismo diglósico para surdos, justificado através das diferentes situações em que as duas línguas (língua portuguesa e língua de sinais) são usadas. Considerando que o canal de aprendizagem do surdo é visual, Ferreira Brito enfatiza que a língua de sinais apresenta um papel central no processo educacional em seu processo educacional devendo ser usada constantemente durante as aulas e a língua portuguesa ensinada com ênfase na escrita.

O FUNCIONALISMO E A PROPOSTA DE HOPPER E THOMPSON

O funcionalismo concebe a linguagem como um instrumento de interação social, e seu interesse de investigação lingüística ultrapassa a estrutura gramatical quando busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua e “ao lado da descrição sintática cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas e seus contextos específicos de uso” (CEZARIO, COSTA; CUNHA, 2003, p. 29) [3]. No que se refere à transitividade, os estudos funcionalistas buscam identificar as múltiplas possibilidades de sua manifestação em contextos variados de uso da língua, verificando as motivações funcionais (semântico-pragmáticas, sociais, cognitivas) subjacentes a cada situação (FURTADO DA CUNHA; SOUZA, 2007, p. 7) [4].

Furtado da Cunha & Souza (2007) [4], explicam que esse modelo teórico defende que o fenômeno da transitividade apresenta um componente semântico e um componente sintático e uma oração transitiva descreve um evento que potencialmente envolve pelo menos dois participantes chamados argumentos do verbo: um agente (responsável pela ação – codificado sintaticamente como sujeito) e um paciente que é afetado por essa ação (codificado sintaticamente como objeto).

Hopper e Thompson (1980) [5], no estudo da transitividade, apresentam um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, que focalizam diferentes ângulos da transferência da ação em uma porção

diferente da oração. A partir desses parâmetros, o estudo da transitividade passou a ser observado em termos da gradiência que a oração pode assumir, indicando que se trata de um fenômeno escalar, que se dá em um *continuum*.

Embora independentes, estes dez traços apresentados na tabela a seguir, funcionam juntos e articulados na língua, o que significa que nenhum deles por si só é suficiente para determinar a transitividade de uma oração. (FURTADO DA CUNHA, SOUZA,2007) [4].

Parâmetros da Transitividade

Parâmetros	Transitividade alta	Transitividade baixa
participantes	dois ou mais participantes A e O	um participante
cinese	ação	não-ação
aspecto do verbo	perfectivo	não-perfectivo
punctualidade do verbo	punctual	não-punctual
intencionalidade do sujeito	intencional	não-intencional
polaridade da oração	afirmativa	negativa
modalidade da oração	modo <i>realis</i>	modo <i>irrealis</i>
agentividade do sujeito	agentivo	não-agentivo
afetamento do objeto	afetado	não-afetado
indivuação do sujeito	indivuido	não-indivuido

Tabela 1 Fonte Hopper e Thompson (1980)

A eficácia ou intensidade com a qual a ação é transferida de um participante para outro está diferentemente inserida em cada componente da transitividade, conforme descrito abaixo:

A- Participantes: para haver transferência de ação é preciso no mínimo dois participantes envolvidos.

B- Cinese: As ações podem ser transferidas de um participante para o outro ao passo que os estados não.

C – Aspecto: Uma ação vista em seu término é uma ação tética, ou seja, transferida mais efetivamente ao paciente do que uma ação em andamento. (Bebi/ Estou bebendo)

D- Punctualidade: Ações realizadas em fase de transitividade óbvia entre começo e fim têm um efeito mais marcado nos seus pacientes do que ações que são inerentemente contínuas. Chutar (punctual) Transportar (não - punctual)

E- Intencionalidade: O efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando a ação do agente é apresentada como proposital. *Eu escrevi seu nome/ Eu esqueci seu nome.*

F- Polaridade: Ações que aconteceram (oração afirmativa) podem ser transferidas. Já ações que não aconteceram (orações negativas), não podem.

G – Modalidade: Referente à condição *realis* e *irrealis* na codificação de eventos. Uma ação não ocorrida ou que expressa um evento hipotético ou até mesmo apresentada como ocorrida em um mundo não-real, contingente, incerto é menos eficaz que uma ação de ocorrência efetivamente real.

H- Agentividade: Participantes que possuem agentividade alta podem efetuar transferência de uma ação de uma maneira que participantes de agentividade baixa não podem. *O menino me assustou com a bombinha/ A reportagem assustou minha mãe.*

I – Afetamento: O grau em que uma ação é transferida para um paciente é uma função de quão completamente esse paciente é afetado. *Comeu o pão inteiro/ Comeu um pedaço do pão.*

J – Individuação: Referente tanto ao fato de o paciente ser distinto do agente quanto à distinção entre o paciente e o fundo em que ele se encontra. Os referentes dos substantivos dispostos com as propriedades à esquerda do quadro a seguir são mais altamente individuados que seus equivalentes à direita.

Propriedades da Individuação

INDIVIDUADO	NÃO-INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Referencial, definido	Não-referencial

Tabela 2 Fonte Hopper e Thompson (1980)

Uma ação pode ser mais eficazmente transferida para um paciente individuado do que para um que não é. Assim o objeto definido é visto como mais completamente afetado do que um objeto indefinido.

Em seu sentido literal a transitividade é considerada como a transferência de uma ação de um participante para outro. Portanto, a transitividade pode ser decomposta em suas partes componentes, cada uma delas focalizando uma faceta dessa transferência em uma porção diferente da oração. Cada um dos parâmetros acrescentam graus de transitividade contribuindo para a ordenação das orações em uma escala. Assim, em um conjunto, esses parâmetros nos permitem classificar as orações como mais ou menos transitivas.

ANÁLISES

Nos pressupostos dessa hipótese, este trabalho vai analisar orações produzidas em textos de surdos que vivenciam a proposta bilíngue em seus contextos escolares e familiares. É importante salientar que a escrita do surdo bilíngue pode apresentar um perfil particular que a caracteriza devido a situação lingüística própria vivenciada pela comunidade surda. As orações submetidas às análises estão apresentadas em negrito a seguir:

1- ***Nós do grupo apresentamos brincadeiras criativas e a turma gostaram muito.***

Apresenta grau 6 na escala de transitividade com marcação negativa para os parâmetros cinese, pontualidade, afetamento, individuação.

2- ***As professoras ensinam na sala regular todas as disciplinas. Gostei e aprendi muitas coisas lá e gostaria de criar aqui em Colatina uma Escola Bilíngue.***

Apresenta grau 4 com marcação negativa para cinese, telicidade, pontualidade, agentividade e afetamento.

3- ***Alugamos um carro da Vam de valor R\$ 22.00 cada pessoa.***

Apresenta alto grau de transitividade com marcação positiva em 9 dos 10 parâmetros. A marcação negativa está no parâmetro individuação do objeto (*um carro*) que embora tenha a maioria das propriedades de individuação não é humano.

5- ***Precisa presidente ele comprar uniforme na escola presidente dar de graça. Mas aluno voltou pra casa precisa trocar uniforme da escola. Uniforme sempre sujo precisa lavar roupa pra escola. Aluno não quer uniforme.***

Embora considerada tradicionalmente intransitiva, segundo a proposta de Hopper e Thompson ela possui transitividade alta, atingindo grau 8. Traços positivos: cinese, aspecto perfectivo, verbo pontual, sujeito intencional, polaridade afirmativa, modalidade *realis*, sujeito agente.

6- ***Um casal viciado usava drogas. A mãe das crianças Talita foi presa. Talita confessou o marido ela arrombaram o chalé.***

Possui transitividade alta na escala tendo marcação positiva em quase todos os parâmetros. Situação idêntica à da oração 3 pelo fato de o objeto (*o chalé*) ser inanimado.

7- ***Meu amigo Giovanni leva roda.***

Grau 8 . Chama atenção aqui o parâmetro pontualidade marcado negativamente uma vez que a ação é inerentemente contínua.

Das sete orações destacadas para análise, apenas a (2) apresentou grau inferior a 5, o que a situa como uma cláusula de transitividade baixa segundo a proposta de Hopper e Thompson. Vale ressaltar que essa oração teria uma análise bem divergente da apresentada se considerada a transitividade como propriedade exclusiva do verbo, como é assim tratada na gramática tradicional. Por outro lado, a oração (5) com verbo tradicionalmente intransitivo (*voltar*) apresenta transitividade alta (grau 8), considerando-se a transitividade como uma propriedade global da cláusula, um *continuum* em que vários pontos se agrupam e co-ocorrem. Esta ocorrência nos remete à colocação dos autores da proposta utilizada para as análises, quando mencionam que até mesmo no caso de cláusulas tradicionalmente denominadas intransitivas, podem algumas perfeitamente serem situadas na escala de transitividade com maior grau do que outras.

FURTADO DA CUNHA [4], citando SLOBIN, 1982, enfatiza que os parâmetros que caracterizam a oração transitiva estão relacionados ao evento causal prototípico, no qual um agente animado intencionalmente causa uma mudança física e perceptível no estado ou locação do objeto. É o que ocorre nas cláusulas 6 e 8, para exemplificar.

Eventos como esses, como menciona a autora, são os que a criança primeiro percebe e codifica gramaticalmente. Dessa forma, há uma correlação entre os traços que caracterizam um evento causal prototípico e os parâmetros que classificam a oração transitiva canônica. Assim, o grau de transitividade de uma oração é o reflexo do grau de saliência cognitiva da ação transferida de um agente para um paciente, o que possibilita a interpretação de que os parâmetros que compõem o complexo de transitividade refletem elementos cognitivamente salientes ligados ao modo pelo qual a experiência humana é apreendida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] QUADROS, R. M de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- [2] FERREIRA BRITO, L. *Integração social & educação dos surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora. RJ.1993.
- [3] FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M.A.; OLIVEIRA, M.R.de; MARTELOTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003
- [4] FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, Maria Medianeira de.-Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- [5] HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, 56 (2): 251- 299. 1980.